

Jatobá Florestal S.A.

CNPJ/MF nº 62.411.116/0001-70

NIRE 35.300.676.289

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 12 DE DEZEMBRO DE 2025

DATA, HORA E LOCAL: Realizada em 12 de dezembro de 2025, às 11h00, na sede social da Jacobina Florestal S.A., sociedade por ações, localizada na cidade de São Paulo, estado de São Paulo, na Avenida Paulista, 1.938, 8º andar, Parte B, Bela Vista, CEP 01.310-942 ("Companhia").

2. CONVOCAÇÃO: Dispensada a convocação em razão da presença da totalidade dos acionistas da Companhia, nos termos do artigo 124, §4º, da Lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976 ("**Lei das Sociedades por Ações**").

3. PRESENÇA: Presente a única acionista detentora da totalidade do capital social votante da Companhia ("**Acionista**", conforme assinaturas no Livro de Presença de Acionistas da Companhia).

4. MESA: Os trabalhos foram presididos pelo Sr. Gustavo Conte Jakovac, e secretariados pela Sra. Sabrina Cassará Andrade da Silva.

5. ORDEM DO DIA: A Acionista examinou e votou a respeito da seguinte ordem do dia:

5.1. A lavratura da presente ata de assembleia na forma de sumário, nos termos do artigo 130, §1º, da Lei das Sociedades por Ações;

5.2. A conversão das ações de emissão da Companhia em escrituras;

5.3. A criação de ações preferenciais classes A, B e C, que poderão ser emitidas pela Companhia (em conjunto, as "**Ações Preferenciais**"), bem como a determinação de suas características e vantagens;

5.4. Em razão da criação das Ações Preferenciais, a aprovação da alteração do artigo 5º e 12 do Estatuto Social da Companhia;

5.5. A reforma integral e consolidação do Estatuto Social da Companhia; e

5.6. A autorização para que qualquer diretor ou procurador constituído nos termos do Estatuto Social da Companhia pratique todos os atos necessários à implementação das deliberações aprovadas nesta assembleia, bem como a ratificação de todos e quaisquer atos já praticados pelos administradores até esta data, necessários à implementação das deliberações aprovadas nesta assembleia.

6. DELIBERAÇÕES: A Acionista, após o exame das matérias constantes da ordem do dia, deliberou o quanto segue:

6.1. Aprovar, sem quaisquer ressalvas ou restrições, a lavratura da presente ata de assembleia na forma de sumário, nos termos do artigo 130, §1º, da Lei das Sociedades por Ações;

6.2. Aprovar, sem quaisquer ressalvas ou restrições, que, a partir desta data, as ações de emissão da Companhia passarão a ser escrituras, de forma que a propriedade das ações de emissão da Companhia passa a ser verificada pelo registro na conta de depósito das ações, aberta em nome do respectivo acionista nos livros da instituição financeira escolhida pela Companhia;

6.2.1. Consignar que as ações escriturais de emissão da Companhia passarão a ser custodiadas em contas de depósito, em nome de seus titulares, junto à Itaú Corretora de Valores S.A., sociedade com sede na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3.500, 3º andar (parte), CEP 04.538-132, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/MF sob nº 01.194.353/0001-64 ("**Agente Escriturador**");

6.2.2. Consignar que, nos termos e para os fins do artigo 34, §1º da Lei das Sociedades por Ações, a Companhia não possui certificados de ações em circulação;

6.2.3. Consignar que a Companhia entregou ao Agente Escriturador, instituição financeira devidamente autorizada pela Comissão de Valores Mobiliários contratada pela Companhia para a prestação de serviços de escrituração de ações, a relação dos titulares de ações constante de seu Livro de Registro de Ações Nominativas, devidamente atualizado para refletir a posição acionária da Companhia na presente data;

6.3. Aprovar, sem quaisquer ressalvas ou restrições, a criação das Ações Preferenciais de emissão da Companhia, que serão escriturais e sem valor nominal, as quais terão as seguintes características e vantagens: (i) **Escriturais.** As Ações Preferenciais serão escriturais e sem valor nominal. (ii) **Direito de Voto.** As Ações Preferenciais terão direito restrito de voto em Assembleia Geral exclusivamente nas hipóteses previstas no Estatuto Social da Companhia, em acordo de acionistas devidamente arquivado na sede social da Companhia e na Lei das Sociedades por Ações. (iii) **Dividendos Prioritários.** As Ações Preferenciais terão direito a dividendos semestrais, prioritários, não cumulativos, e juros sobre capital próprio, correspondente ao percentual de 85% (oitenta e cinco por cento) incidente sobre (a) o lucro líquido auferido pela Companhia e (b) os recursos distribuídos aos acionistas à conta da reserva de lucros da Companhia (ou de qualquer outra reserva que possa ser distribuída aos acionistas), se e quando efetivamente distribuída aos acionistas, nos termos da Lei das Sociedades por Ações, em cada um dos exercícios sociais. As Ações Preferenciais gozam de prioridade em relação a qualquer pagamento de proventos ou distribuições pela Companhia em face às ações ordinárias ou outras classes de ações preferências que venham a ser emitidas pela Companhia, inclusive pagamentos em atraso relativos a eventuais resgates ou dividendos devidos aos titulares das ações ordinárias ou outras classes de ações preferências que venham a ser emitidas pela Companhia. (iv) **Premio em Liquidação.** Em caso de liquidação da Companhia, as Ações Preferenciais terão prioridade em relação às ações ordinárias ou outras espécies ou classes de ações, existentes ou que venham a existir no futuro, no reembolso do capital na proporção da participação no capital social, acrescido de um prêmio nos termos do inciso II, do artigo 17 da Lei das Sociedades por Ações, calculado nos termos do Estatuto Social da Companhia. (v) **Classes de Ações Preferenciais.** As Ações Preferenciais são subdivididas em Ações Preferenciais classes A, B e C, as quais não possuem qualquer prioridade ou vantagem adicional entre si, e permanecerão, a todo o tempo, em condição de igualdade (*pari passu*) entre si, observado acordo de acionistas devidamente arquivado na sede social da Companhia;

6.4. Aprovar, sem quaisquer ressalvas ou restrições, em razão das deliberações acima aprovadas, a alteração do artigo 5º e do artigo 12 do Estatuto da Companhia, os quais passarão a vigorar com as respectivas novas redações: "**Artigo 5º - O capital social da Companhia, totalmente subscrito e integralizado, é de R\$ 500,000 (quinhentos reais), dividido em 500 (quinhentas) ações ordinárias, escriturais e sem valor nominal. Parágrafo Primeiro -** As ações representativas do capital social da Companhia são individuais em relação à Companhia. As ações representativas do capital social da Companhia são todas escriturais e sem valor nominal, mantidas em contas de depósito abertas em nome de seus titulares em instituição financeira devidamente autorizada pela Comissão de Valores Mobiliários para a prestação dos serviços de escrituração de ações. **Parágrafo Segundo -** As ações ordinárias de emissão da Companhia ("**Ações Ordinárias**") têm as seguintes características: (a) observado o disposto na Política de Dividendos, as Ações Ordinárias terão o direito a participar dos resultados distribuídos pela Companhia após o pagamento dos Dividendos Prioritários para o detentor das Ações Preferenciais, conforme descrito no item (i) do Parágrafo Terceiro abaixo; e (b) e cada ação ordinária confere ao seu titular o direito a voto nas Assembleias Gerais. **Parágrafo Terceiro -** A Companhia poderá emitir ações preferências de classes A, B e C ("**Ações Preferenciais**") as quais, caso emitidas, terão as seguintes características e vantagens comuns: (i) **Dividendos Prioritários.** Observado o disposto na Política de Dividendos, os Acionistas detentores de Ações Preferenciais terão direito a dividendos semestrais, prioritários, não cumulativo e juros sobre capital próprio, correspondente ao percentual de 85% (oitenta e cinco por cento) incidente sobre (a) o Lucro Líquido auferido pela Companhia e (b) os recursos distribuídos aos Acionistas à conta reserva de lucros da Companhia, constituída nos termos do artigo 196 da Lei das Sociedades por Ações, nos termos da Lei das Sociedades por Ações, em cada um dos exercícios sociais ("**Dividendos Prioritários**"). As Ações Preferenciais gozam de prioridade em relação a qualquer pagamento de proventos ou distribuições pela Companhia em face às Ações Ordinárias ou outras classes de ações preferências que venham a ser emitidas pela Companhia, inclusive pagamentos em atraso relativos a eventuais resgates ou dividendos devidos aos titulares das Ações Ordinárias ou outras classes de ações preferências que venham a ser emitidas pela Companhia. Para fins deste Estatuto Social, "**Lucro Líquido**" significa o lucro líquido apurado pela Companhia em determinado período, de acordo com a definição constante do artigo 191 da Lei das Sociedades por Ações. (ii) **Direito de Voto.** As Ações Preferenciais terão direito restrito de voto em Assembleia Geral exclusivamente nas hipóteses previstas neste Estatuto Social da Companhia, no Acordo de Acionistas da Companhia e na Lei das Sociedades por Ações. (iii) **Premio em Liquidação.** Em caso de liquidação da Companhia, as Ações Preferenciais terão prioridade em relação às Ações Ordinárias ou outras espécies ou classes de ações, existentes ou que venham a existir no futuro, no reembolso do capital na proporção da participação no capital social, acrescido de um prêmio nos termos do inciso II, do artigo 17 da Lei das Sociedades por Ações, sendo certo que o prêmio deverá ser calculado de acordo com a fórmula prevista no Acordo de Acionistas devidamente arquivado na sede da Companhia ("**Premio**"). Para fins de esclarecimento, o valor a ser recebido pelos Acionistas detentores de Ações Preferenciais significa a somatória entre (i) o valor de reembolso devido aos Acionistas detentores de Ações Preferenciais em razão do seu percentual de participação do capital social total da Companhia; e (ii) o Prêmio. Adicionalmente, caso o resultado do cálculo acima seja negativo, o Prêmio não será devido. **Preservação de Direitos em caso de Reorganização Societária.** As Características das Ações Preferenciais e os direitos do detentor das Ações Preferenciais serão mantidos em caso de aprovação de reorganização societária (incluindo incorporação, incorporação de ações, transformação, fusão, cisão, aquisição, venda de ativos, cessão de ações, aumento ou redução de capital, encerramento de Pessoas jurídicas) envolvendo a Companhia. **Parágrafo Quarto -** Sem prejuízo ao previsto na Política de Dividendos, os Acionistas não estão obrigados a aprovar em Assembleia Geral a distribuição da totalidade dos Dividendos Prioritários, nos termos do Parágrafo Terceiro deste artigo 5º, ficando apenas obrigados a aprovar em Assembleia Geral a distribuição do Dividendo Mínimo Obrigatório (para fins deste Estatuto Social, o termo "Dividendo Mínimo Obrigatório" refere-se ao valor mínimo de distribuição de dividendos estabelecido no Acordo de Acionistas, observado o disposto no inciso I do artigo 196 da Lei das Sociedades por Ações). (vi) **Reserva de Lucros.** Em caso de distribuição de lucros, a Companhia terá prioridade em relação às ações ordinárias ou outras classes de ações, existentes ou que venham a existir no futuro, no reembolso do capital na proporção da participação no capital social, acrescido de um prêmio nos termos do inciso II, do artigo 17 da Lei das Sociedades por Ações, sendo certo que o prêmio deverá ser calculado de acordo com a fórmula prevista no Acordo de Acionistas devidamente arquivado na sede da Companhia ("**Premio**"). Para fins de esclarecimento, o valor a ser recebido pelos Acionistas detentores de Ações Preferenciais significa a somatória entre (i) o valor de reembolso devido aos Acionistas detentores de Ações Preferenciais em razão do seu percentual de participação do capital social total da Companhia; e (ii) o Prêmio. Adicionalmente, caso o resultado do cálculo acima seja negativo, o Prêmio não será devido. **Preservação de Direitos em caso de Reorganização Societária.** As Características das Ações Preferenciais e os direitos do detentor das Ações Preferenciais serão mantidos em caso de aprovação de reorganização societária (incluindo incorporação, incorporação de ações, transformação, fusão, cisão, aquisição, venda de ativos, cessão de ações, aumento ou redução de capital, encerramento de Pessoas jurídicas) envolvendo a Companhia. **Parágrafo Quinto -** Sem prejuízo ao previsto na Política de Dividendos, os Acionistas não estão obrigados a aprovar em Assembleia Geral a distribuição da totalidade dos Dividendos Prioritários, nos termos do Parágrafo Terceiro deste artigo 5º, ficando apenas obrigados a aprovar em Assembleia Geral a distribuição do Dividendo Mínimo Obrigatório (para fins deste Estatuto Social, o termo "Dividendo Mínimo Obrigatório" refere-se ao valor mínimo de distribuição de dividendos estabelecido no Acordo de Acionistas, observado o disposto no inciso I do artigo 196 da Lei das Sociedades por Ações). (vii) **Reserva de Lucros.** Em caso de distribuição de lucros, a Companhia terá prioridade em relação às ações ordinárias ou outras classes de ações, existentes ou que venham a existir no futuro, no reembolso do capital na proporção da participação no capital social, acrescido de um prêmio nos termos do inciso II, do artigo 17 da Lei das Sociedades por Ações, sendo certo que o prêmio deverá ser calculado de acordo com a fórmula prevista no Acordo de Acionistas devidamente arquivado na sede da Companhia ("**Premio**"). Para fins de esclarecimento, o valor a ser recebido pelos Acionistas detentores de Ações Preferenciais significa a somatória entre (i) o valor de reembolso devido aos Acionistas detentores de Ações Preferenciais em razão do seu percentual de participação do capital social total da Companhia; e (ii) o Prêmio. Adicionalmente, caso o resultado do cálculo acima seja negativo, o Prêmio não será devido. **Preservação de Direitos em caso de Reorganização Societária.** As Características das Ações Preferenciais e os direitos do detentor das Ações Preferenciais serão mantidos em caso de aprovação de reorganização societária (incluindo incorporação, incorporação de ações, transformação, fusão, cisão, aquisição, venda de ativos, cessão de ações, aumento ou redução de capital, encerramento de Pessoas jurídicas) envolvendo a Companhia. **Parágrafo Sexto -** Sem prejuízo ao previsto na Política de Dividendos, os Acionistas não estão obrigados a aprovar em Assembleia Geral a distribuição da totalidade dos Dividendos Prioritários, nos termos do Parágrafo Terceiro deste artigo 5º, ficando apenas obrigados a aprovar em Assembleia Geral a distribuição do Dividendo Mínimo Obrigatório (para fins deste Estatuto Social, o termo "Dividendo Mínimo Obrigatório" refere-se ao valor mínimo de distribuição de dividendos estabelecido no Acordo de Acionistas, observado o disposto no inciso I do artigo 196 da Lei das Sociedades por Ações). (viii) **Reserva de Lucros.** Em caso de distribuição de lucros, a Companhia terá prioridade em relação às ações ordinárias ou outras classes de ações, existentes ou que venham a existir no futuro, no reembolso do capital na proporção da participação no capital social, acrescido de um prêmio nos termos do inciso II, do artigo 17 da Lei das Sociedades por Ações, sendo certo que o prêmio deverá ser calculado de acordo com a fórmula prevista no Acordo de Acionistas devidamente arquivado na sede da Companhia ("**Premio**"). Para fins de esclarecimento, o valor a ser recebido pelos Acionistas detentores de Ações Preferenciais significa a somatória entre (i) o valor de reembolso devido aos Acionistas detentores de Ações Preferenciais em razão do seu percentual de participação do capital social total da Companhia; e (ii) o Prêmio. Adicionalmente, caso o resultado do cálculo acima seja negativo, o Prêmio não será devido. **Preservação de Direitos em caso de Reorganização Societária.** As Características das Ações Preferenciais e os direitos do detentor das Ações Preferenciais serão mantidos em caso de aprovação de reorganização societária (incluindo incorporação, incorporação de ações, transformação,

social, "Dividendo Mínimo Obrigatório" significa, respeitada a prioridade e o pagamento dos Dividendos Prioritários, um dividendo mínimo obrigatório em um dado exercício social equivalente a 50% (cinquenta por cento) do Lucro Líquido, nos termos do artigo 202, caput, da Lei das Sociedades por Ações. Para fins de esclarecimento, as Ações Ordinárias não farão jus ao recebimento de qualquer Dividendo Mínimo Obrigatório até que a totalidade dos Dividendos Prioritários sejam pagos aos detentores das Ações Preferenciais. **Parágrafo Quinto** - Observado o disposto na Lei das Sociedades por Ações, os Acionistas concordam que a Companhia terá por política a declaração, distribuição e pagamento de dividendos, conforme descrito no Acordo de Acionistas da Companhia, desde que, em qualquer caso, haja Lucro Líquido apurado e/ou Reserva de Lucros. Os Dividendos Prioritários deverão fazer com que a administração da Companhia levante balanços semestrais e anuais, bem como delibere a declaração, a distribuição e o efetivo pagamento de dividendos no respectivo período, sendo certo que (a) a primeira declaração e distribuição de dividendos deverá ocorrer na data correspondente a 6 (seis) meses contados da data da celebração do Acordo de Acionistas, e (b) durante o referido período de 6 (seis) meses contados da data de assinatura do Acordo de Acionistas, não haverá declaração de dividendos, juros sobre capital próprio ou qualquer outro proveito da Companhia a qualquer Acionista, em todo caso, sendo possível a antecipação de dividendos, de dividendos intermediários ou intercálculos (inclusive sem a necessidade de levantar novos balanços), por deliberação da Diretoria, sempre que houver disponibilidade de resultados e observados os requisitos legais e contábeis aplicáveis, nos termos do artigo 204, § 1º e § 2º, da Lei das Sociedades por Ações. Os Dividendos Prioritários, inclusive aqueles declarados e não pagos, gozarão de prioridade em relação ao pagamento de dividendos, juros sobre capital próprio e quaisquer outras distribuições, bonificações, pagamentos ou proveitos a que possam fazer jus as demais ações de emissão da Companhia. As Ações Preferenciais terão o direito a receber todo e quaisquer dividendos, juros sobre capital próprio e quaisquer outras distribuições, bonificações, pagamentos ou proveitos a que possam fazer jus as demais ações de emissão da Companhia, antes de qualquer outro Acionista, até que o percentual do Lucro Líquido previsto no item (i) do Parágrafo Terceiro seja atingido. Nos exercícios sociais em que o valor dos dividendos declarados for igual ou inferior ao montante dos Dividendos Prioritários para o referido exercício, as Ações Preferenciais farão jus à integralidade dos dividendos declarados em referido exercício. Nos exercícios sociais em que o valor dos dividendos declarados naquele exercício for superior ao montante prioritário dos Dividendos Prioritários para aquele exercício, as Ações Preferenciais receberão os Dividendos Prioritários e as Ações Ordinárias de emissão da Companhia receberão o saldo remanescente do valor declarado após o pagamento dos Dividendos Prioritários (em conjunto, **"Política de Dividendos"**). Os dividendos a serem deliberados a cada período serão relativos ao período base de 1º de janeiro a 30 de junho, e 1º de julho a 31 de dezembro de cada ano. O pagamento dos Dividendos Prioritários pela Companhia deverá ser realizado em até 30 (trinta) dias a contar da data de realização da respectiva Assembleia Geral." **Artigo 12** - As deliberações das Assembleias Gerais Ordinárias e Extraordinárias, ressalvadas as exceções previstas em lei e sem prejuízo do disposto neste Estatuto, incluindo, mas não se limitando ao disposto no Parágrafo Único abaixo, serão tomadas pelo voto dos acionistas que representem a maioria da capital votante presente na Assembleia Geral. Parágrafo Único - A aprovação das matérias indicadas abaixo pela Companhia dependerá de prévia aprovação de titulares dos títulos de Ações Preferenciais, caso emitidas, sendo vedada e nula de pleno direito a aprovação, contratação ou prática, direta ou indireta, de quaisquer dessas matérias pela Companhia, bem como por qualquer de seus respectivos administradores sem a prévia e expressa aprovação acima referida: (a) alteração nas preferências, vantagens, características e/ou condições das Ações Preferenciais (incluindo políticas ou patrimoniais) ou, ainda, alteração em qualquer outra classe de ações da Companhia existentes ou que venham a existir no futuro ou criação de nova classe de ações, ou cotas; (b) venda, alienação ou qualquer forma de transferência (inclusive a título gratuito), a qualquer tempo, de bens, ativos e/ou direitos pela Companhia, exceto pela venda de madeira exclusivamente de acordo com os termos e condições do Contrato de Compra e Venda de Madeira e observada a possibilidade de substituição dos Ativos Biológicos Aportados conforme definições e em linha com o disposto no Acordo de Acionistas; (c) qualquer alteração no Estatuto Social da Companhia, exceto por alterações que digam respeito a: (i) alteração de endereço da sede da Companhia, para outras localidades no Estado de São Paulo, quando tal mudança não gere impactos fiscais adversos para a Companhia e/ou para os Acionistas; (d) alteração da denominação social; e (e) alteração a respeito de regras sobre administração e representação da Companhia, desde que observados os direitos dos titulares de Ações Preferenciais previstos no Acordo de Acionistas; (d) emissão de valores mobiliários conversíveis pela Companhia em quaisquer classes de ações (inclusive em ações preferenciais) ou que concedam aos seus titulares direito de subscrever ações de qualquer classe; (e) ingresso de qualquer novo acionista no quadro acionário da Companhia, inclusive por meio de emissão de novas ações ou em decorrência de qualquer reorganização societária da Companhia (incluindo incorporação, incorporação de ações, transformação, fusão, cisão, aquisição, venda de ativos, cessão de ações, aumento ou redução de capital, encerramento de Pessoas jurídicas); (f) realização de qualquer reestruturação societária, incluindo cisão, fusão ou incorporação, inclusive incorporação de ações, envolvendo a Companhia, bem como a criação de subsidiárias; (g) (i) aumento de capital; (ii) redução de capital (exceto para absorção de prejuízos e reduções de capital social no contexto da substituição dos Ativos Biológicos Aportados, conforme definição e previsto no Acordo de Acionistas); (iii) resgate, reembolso ou amortização de ações de emissão da Companhia, e (iv) qualquer forma de retorno de capital aos acionistas da Companhia que não seja feita por meio da distribuição de dividendos (desde que sem prejuízo à distribuição dos Dividendos Prioritários); (h) aquisição de participação societária ou alienação de participação societária detida, direta ou indiretamente, pela Companhia; (i) constituição de hipoteca, penhor, alienação fiduciária, cessão fiduciária, usufruto, fideicomisso, promessa de venda, operação de compra, encargo, prestação de fianças ou bens, gravame ou ônus judicial ou extrajudicial voluntário, ou outro ato que tenha o efeito prático similar a qualquer de tais expressões sobre os ativos, ativos e/ou direitos da Companhia, em valor, individual ou agregado, superior a R\$ 100.000,00 (cem mil reais), corrigido anualmente pelo IPCA, no mesmo exercício social; (j) qualquer destinação de parte do Lucro Líquido pela Companhia para eventual constituição ou incremento de quaisquer reservas ou retenções, incluindo se previstas na Lei das Sociedades por Ações ou no Estatuto Social da Companhia, exceto a reserva legal, se exigido nos termos da Lei das Sociedades por Ações; (k) utilização da Reserva de Lucros para outro fim que não: (a) a distribuição de dividendos, de acordo com a Política de Dividendos; ou (b) a absorção de prejuízos no exercício social corrente ou prejuízos acumulados; (l) distribuição de juros sobre capital próprio pela Companhia; (m) qualquer alteração na Reserva de Lucros, na Reserva de Capital e/ou em quaisquer outras reservas da Companhia existentes na presente data, incluindo, com relação à sua destinação ou contabilização, em desconformidade com o disposto no Acordo de Acionistas; (n) pedido de autofalência, recuperação judicial (incluindo conciliações e mediações antecedentes ou incidentais aos processos de recuperação judicial) ou extrajudicial, liquidação ou dissolução da Companhia, nos termos da Lei n.º 11.101, de 9 de fevereiro de 2005, conforme alterada, e/ou da Lei das Sociedades por Ações, bem como pedido de tutela de urgência cautelar para fins do quanto previsto no artigo 20-B, § 1º da Lei n.º 11.101, de 9 de fevereiro de 2005, conforme alterada, e de tutela de urgência que antecipe total ou parcialmente os efeitos do deferimento do processamento da recuperação judicial ou de recuperação extrajudicial, para fins do artigo 6º, § 12 da Lei n.º 11.101, de 9 de fevereiro de 2005, conforme alterada; (o) cessão de recebíveis, contratação de endividamento, bem como celebração de quaisquer instrumentos que originem quaisquer novas obrigações pecuniárias por parte da Companhia, em valor, individual ou agregado, superior a R\$ 100.000,00 (cem mil reais), corrigido anualmente pelo IPCA, no mesmo exercício social; (p) realização de novos investimentos ou assunção de novos compromissos de investimento, inclusive projetos greenfield ou via aquisição, pela Companhia, em valor, individual ou agregado, superior a R\$ 100.000,00 (cem mil reais), corrigido anualmente pelo IPCA, no mesmo exercício social; (q) celebração de acordos, contratos ou negócios entre a Companhia com Partes Relacionadas ou Afiliadas, exceto pelos Contratos Operacionais, conforme definições no Acordo de Acionistas; (r) alteração, renovação, rescisão, resolução, cessão ou renúncia de quaisquer direitos da Companhia nos Contratos Operacionais, conforme definição no Acordo de Acionistas; e (s) celebração de contratos que impliquem em novas despesas para a Companhia em valor agregado igual ou superior a R\$ 100.000,00 (cem mil reais) por ano, corrigido anualmente pelo IPCA." **6.5.** Aprovar, por unanimidade de votos, a reforma e consolidação do Estatuto Social da Companhia, o qual, já refletindo as deliberações aprovadas na presente assembleia, passará a vigorar com a redação consolidada constante do **Anexo I** a esta ata. **6.6.** Aprovar, por unanimidade de votos, a autorização dos diretores ou procuradores constituídos nos termos do Estatuto da Companhia para praticarem todos os atos, tomarem todas as medidas e assinarem todos os documentos convenientes ou necessários para dar cumprimento às deliberações ora aprovadas. **7. ENCERRAMENTO E APROVAÇÃO DA ATA:** Nada mais havendo a tratar, foi a presente ata lavrada e, depois de lida e achada conforme, foi por todos os presentes assinada. Mesa: Presidente: Gustavo Conte Jakovac; Secretária: Sabrina Cassará Andrade da Silva. Acionista Presente: Duratex Florestal Ltda. (representada por seus procuradores, Gustavo Conte Jakovac e Sabrina Cassará Andrade da Silva). São Paulo, 12 de dezembro de 2025. Mesa: (a) Gustavo Conte Jakovac - Presidente da Mesa; Sabrina Cassará Andrade da Silva - Secretária. Acionista presente: **DURATEX FLORESTAL LTDA.** (a) p.p. Gustavo Conte Jakovac; p.p. Sabrina Cassará Andrade da Silva. JUCESP sob nº 418.422/25-4, em 16.12.2025. (a) Marina Centurion Dardani - Secretária Geral.

COMPLEXO PENAL DE SÃO VICENTE

Encontra-se aberto no Complexo Penal de São Vicente, situada à Rodovia Padre Manoel da Nóbrega, km 282 – Parque Continental – São Vicente/SP, licitação do tipo menor preço, na modalidade Pregão Eletrônico – 90041/2025, visando a Aquisição de Gás Liquefeito de Petróleo à granel para o período de 01/01/2026 a 31/12/2026 para o Complexo Penal de São Vicente. A licitação será realizada no dia 19/12/2025 às 09H00hs, através do site: <https://www.gov.br/pncp/pt-br>. Maiores informações através do telefone (11) 3565-3609 em horário comercial, ou e-mail: financeisupri@gmail.com

COMPLEXO PENAL DE SÃO VICENTE

Encontra-se aberto no Complexo Penal de São Vicente, situada à Rodovia Padre Manoel da Nóbrega, km 282 – Parque Continental – São Vicente/SR/, licitação do tipo menor preço, na modalidade Pregão Eletrônico – 90042/2025, visando a Aquisição de gêneros alimentícios tipo perecíveis para o período de 01/01/2026 a 30/04/2026 para o Complexo Penal de São Vicente. A licitação será realizada no dia 22/12/2025 às 09H00hs, através do site: <https://www.gov.br/pncp/pt-br>. Maiores informações através do telefone (13) 3565-3607 em horário comercial, ou e-mail: fnasupri@gmail.com

Encontra-se aberto no COMPLEXO PENAL DE BAURU, **PREGÃO ELETRÔNICO número 90041/2025**, Processo 006.00520536/2025-44 o qual ocorrerá na data 12/01/2026 e horário 09:00h destinada a Contratação de Empresa especializada na prestação de serviços contínuos de coleta, análise, limpeza e tratamento da água originária de quatro poços tubulares profundos e limpeza / desinfecção dos reservatórios de água deste Complexo Penal de Bauru, do tipo MENOR PREÇO, no site eletrônico: www.compras.net.gov.br. O Edital estará disponível em sua íntegra para leitura e impressão no correio eletrônico: www.gov.br/pnpc, maiores informações pelo fone 014 3109 2176

COMPLEXO PENAL DE POTIM

Encontra-se aberto no Complexo Penal de Potim, Pregão Eletrônico 90029/2025 - do tipo menor preço, visando a Aquisição de gêneros alimentícios perecíveis (item fraccassado) – Processo sob o código único 20251162949, número SEI 006.00447763/2025-18, com sessão pública para o dia 06/01/2026 às 09:00 horas, que realizar-se-á no site <https://compras.sp.gov.br>

POLPAR S.A.

Companhia Aberta - CNPJ/MF 59.789.545/0001-71 - NIRE 35.300.122.526

Ata de Assembleia Geral Extraordinária

Data, Horário e Local: 8 de dezembro de 2025, às 09h00, na sede social da Polpar S.A. ("**Companhia**"), situada na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 1355, 21º andar (parte), na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo. **Mesa:** Presidente - Sr. Claudio Thomaz Lobo Sander; Secretária - Sra. Maria Cecilia Castagna Neves Ipiã. **Convocação e Presença:** Dispensada a publicação do edital de convocação, tendo em vista a presença de acionistas representando a totalidade do capital social, nos termos do art. 124, §4º, da Lei 6.404/76 ("**Lei das S.A.**"). Presente, ainda, Maria Cecilia Castagna Neves Ipiã, Diretora Executiva, na qualidade de representante da Administração da Companhia.

Ordem do Dia: Deliberar sobre: (i) o aumento de capital social mediante a capitalização de parte da Reserva Legal existente em 31 de dezembro de 2024, no valor de R\$ 500.000,00, com bonificação de ações; (ii) a redução do capital social da Companhia, no valor de R\$ 1.275.000,00, sem o cancelamento de ações, mediante a restituição de valores aos acionistas, nos termos do artigo 173 da Lei das S.A.; e (iii) a alteração do art. 4º do Estatuto Social para refletir o novo capital social da Companhia.

Documentos e Publicações: Leitura dispensada, por unanimidade de votos. Os documentos exigidos pela Resolução CVM nº 81, de 29 de março de 2022, conforme alterada, foram divulgados ao mercado eletronicamente. **Deliberações Tomadas:** Dando início aos trabalhos, foi autorizada a lavratura desta ata na forma de sumário, bem como sua publicação com a omissão das assinaturas, nos termos dos §§ 1º e 2º do art. 130 da Lei das S.A. Após exame e discussão das matérias constantes da ordem do dia, os acionistas deliberaram, por unanimidade de votos, conforme mapa de votação constante do Anexo I à presente ata, sem quaisquer ressalvas ou restrições, o seguinte: 1. Aprovar o aumento do capital social da Companhia em R\$ 500.000,00, mediante a capitalização de parte da Reserva Legal existente em 31 de dezembro de 2024, nos termos do art. 193, §2º da Lei das S.A., atribuindo-se aos acionistas, a título de bonificação, 74.000 novas ações, todas nominativas e sem valor nominal sendo (a) 34.000 ações ordinárias e (b) 40.000 ações preferenciais, na proporção de 0,5 nova ação para cada ação existente, passando o capital social da Companhia de R\$ 5.300.000,00 para R\$ 5.800.000,00, dividido em 222.000 ações, sendo 102.000 ações ordinárias e 120.000 ações preferenciais, todas nominativas e sem valor nominal. (i) Para os fins do disposto do art. 10 da Lei 9.249/95, conforme alterada, e do art. 58, § 1º da Instrução Normativa da Receita Federal do Brasil nº 1.585/15, o custo das ações bonificadas atribuídas aos acionistas é de R\$ 6,75675676 por ação. (ii) As ações bonificadas serão de mesma espécie das ações atualmente emitidas pela Companhia e conferirão aos seus titulares os mesmos direitos e vantagens das ações, inclusive quanto aos dividendos e/ou juros sobre o capital próprio que vierem a ser declarados após a presente data. (iii) As ações bonificadas serão creditadas em 23 de dezembro de 2025. (iv) As ações bonificadas serão entregues de acordo com as posições acionárias existentes na presente data (data-base). As ações da Companhia serão negociadas *ex-direitos* a partir de 19 de dezembro de 2025, inclusive. (v) A bonificação será efetuada em números inteiros e não haverá frações de ações. 2. Aprovar a redução do capital social da Companhia, por julgá-lo excessivo, no valor de R\$ 1.275.000,00, sem o cancelamento de ações, mediante a restituição de valores aos acionistas, nos termos do artigo 173 da Lei das S.A. ("**Redução de Capital**"). (i) Em razão da Redução de Capital ora aprovada, o capital social da Companhia passará dos atuais R\$ 5.800.000,00 para R\$ 4.525.000,00, mediante a restituição de capital aos acionistas da Companhia, em moeda corrente nacional, proporcionalmente às respectivas participações acionárias, sem qualquer alteração do número de ações de emissão da Companhia, mantendo-se, portanto, inalterado o número de ações e o percentual de participação dos acionistas no capital social da Companhia. (ii) O pagamento dos recursos será realizado em 20 de fevereiro de 2026, considerando-se a posição acionária existente na data-base de 18 de fevereiro de 2026. As ações da Companhia serão negociadas *ex-direitos* à Redução de Capital a partir de 19 de fevereiro de 2026, inclusive. (iii) Para os fins do disposto no *caput* do art. 174 da Lei das S.A., observar-se-á o transcurso do prazo e as condições ali previstas para o registro da presente ata perante a JUCESP, bem como para a efetivação a Redução de Capital ora deliberada. 3. Aprovar a alteração do Estatuto Social da Companhia para refletir o novo capital social, conforme item acima. Em virtude dessas alterações, o art. 4º do Estatuto Social passa a vigorar com a seguinte redação: "**Art. 4º - O capital social é de R\$ 4.525.000,00, integralmente realizado e dividido em 222.000 ações nominativas, sem valor nominal, sendo 102.000 ações ordinárias e 120.000 ações preferenciais.**" **Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, foram encerrados os trabalhos, lavrando-se a presente ata, que, lida e achada conforme, foi assinada pelos presentes. São Paulo, 18 de dezembro de 2025. **Claudio Thomaz Lobo Sander** - Presidente da Mesa, **Maria Cecilia Castagna Neves Ipiã** - Secretária. **Acionistas:** **David Feffer, Daniel Feffer, Jorge Feffer, Ruben Feffer, Suzano Holding S.A., IPLF Holding S.A.** - Pp. Marcos Hiyoshi Kubo - Advogado; **Lisabeth S. Sander, Janet Guper, Pedro Noah Hornett Guper, Ian Baruch Hornett Guper, Rafael Provenzale Guper, Gabriel Provenzale Guper** - Pp. Ricardo Madrona Saes - Advogado.

FUNDAÇÃO FACULDADE DE MEDICINA - ICESP

CNPJ Nº 56.577.059/0006-06

MODALIDADE: CONCORRÊNCIA – COMPRA REGULAMENTO FFM 3318/2025

A **FUNDAÇÃO FACULDADE DE MEDICINA**, entidade filantrópica privada sem fins lucrativos, por meio do Departamento de Contratos e Compras, situado na Avenida Doutor Arnaldo, 251, Cerqueira Cesar, São Paulo/SP, torna pública a abertura do processo de compra, do tipo **MENOR PREÇO – GLOBAL**, para contratação de empresa especializada na prestação de serviços de **“Locação de Nobreak”**, cujos detalhes estão disponíveis no site do ICESP (www.icesp.org.br), e que será regido pelo seu **Regulamento de Compras**.

Jatobá Florestal Ltda.

CNPJ 62.411.116/0001-70

NIRE 35.267.786.092

**INSTRUMENTO PARTICULAR DE ALTERAÇÃO DE CONTRATO SOCIAL PARA TRANSFORMAÇÃO DA
JATOBÁ FLORESTAL LTDA. EM SOCIEDADE ANÔNIMA**

Pelo presente instrumento, **DURATEX FLORESTAL LTDA.**, sociedade empresarial limitada, inscrita no CNPJ sob o nº 43.059.559/0001-08, com seus atos constitutivos devidamente arquivados perante a Junta Comercial do Estado de São Paulo ("**JUCESP**") sob o NIRE 35.227.975.871, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Paulista, 1.938, 9º andar, Bela Vista, CEP 01310-942 ("**Duratex Florestal**"), neste ato representada por seus procuradores: Gustavo Conte Jakovac, brasileiro, casado, advogado, inscrito na OAB/SP sob nº 174.754 e no CPF 270.634.178-51; e Sabrina Cassará Andrade da Silva, brasileira, divorciada, advogada, inscrita na OAB/RJ sob nº 110.905 e CPF nº 076.658.807-62, ambos domiciliados na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Paulista, nº 1938, 9º andar, Bela Vista, CEP 01310-200, e **DEXCO EMPREENDIMENTOS LTDA.**, sociedade empresarial limitada, inscrita no CNPJ sob o nº 44.367.258/0001-04, com seus atos constitutivos devidamente arquivados perante a JUCESP sob o NIRE 110.351.048.114, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Paulista, 1.938, 9º andar, Bela Vista, CEP 01310-200 ("**Dexco Empreendimentos**") e em conjunto com Duratex Florestal, "**Sócias**", neste ato representada por seus procuradores: Gustavo Conte Jakovac, brasileiro, casado, advogado, inscrito na OAB/SP sob nº 174.754 e no CPF 270.634.178-51; e Sabrina Cassará Andrade da Silva, brasileira, divorciada, advogada, inscrita na OAB/RJ sob nº 110.905 e CPF nº 076.658.807-62, ambos domiciliados na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Paulista, nº 1938, 9º andar, Bela Vista, CEP 01310-200; sendo sócias titulares da totalidade das quotas representativas do capital social da **JATOBÁ FLORESTAL LTDA.**, sociedade empresarial limitada, inscrita no CNPJ sob nº 62.411.116/0001-70, com seus atos constitutivos devidamente arquivados perante a Junta Comercial do Estado de São Paulo sob o NIRE 35.267.786.092, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Paulista, 1.938, 8º andar, parte B, Bela Vista, CEP 01310-942 ("**Sociedade**"), resolvem celebrar este "Instrumento Particular de Alteração de Contrato Social para Transformação da Jatobá Florestal Ltda. em Sociedade Anônima" ("**ACS**"), de acordo com o disposto a seguir. **1. TRANSFORMAÇÃO DA SOCIEDADE EM SOCIEDADE ANÔNIMA: 1.1. Transformação:** As sócias aprovam a transformação do tipo jurídico da Sociedade de "sociedade limitada" para "sociedade anônima", sem solução de continuidade no desenvolvimento dos negócios sociais ("**Transformação**"). **1.1.1.** Consignar que, a partir desta data, a Sociedade passará a ser disciplinada pela Lei nº 6.405/1976 ("**Lei das S.A.**") e adotará a denominação social de "Jatobá Florestal S.A.". **1.2. Conversão de Quotas em Ações Ordinárias:** Em decorrência da Transformação, o capital social de R\$ 500,00 (quinhentos reais), totalmente subscrito e integralizado em moeda corrente nacional, dividido em 500 (quinhentas) quotas, com valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada uma, sendo 499 (quatrocentas e noventa e nove) detidas pela **Duratex Florestal** e 1 (uma) pela **Dexco Empreendimentos**, manterá o mesmo valor de R\$ 500,00 (quinhentos reais) e passará a ser dividido em 500 (quinhentas) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, sendo que 499 (quatrocentas e noventa e nove) serão subscritas pela **Duratex Florestal** e 1 (uma) pela **Dexco Empreendimentos** mediante conversão de suas respectivas quotas, nos termos dos boletins de subscrição constantes dos Anexo 1. **2. ALTERAÇÃO DA DIRETORIA: 2.1. Composição, eleição e prazo de gestão:** A Sociedade, em razão da Transformação, passará a ter uma diretoria composta por até 2(dois) diretores, pessoas naturais, acionistas ou não, eleitos e destituíveis, a qualquer tempo, por deliberação da assembleia geral, com prazo de gestão de 2(dois) anos, sendo permitida a reeleição. **2.2. Cargos:** Os cargos da diretoria serão de Diretor Presidente e de Diretor. **2.3. Poderes e atribuições:** A diretoria terá seus poderes e atribuições fixados em lei e no estatuto social da Sociedade, em consonância aprovada nos termos do item 4 desta ACS. **3. ELEIÇÃO DE DIRETORES: 3.1. Eleição da Diretoria:** Em razão da alteração na estrutura da administração da Sociedade, conforme item 2, as Sócios aprovam a eleição dos seguintes diretores, com mandato a encerrar-se na assembleia geral ordinária que deliberar a respeito das demonstrações financeiras e das contas da administração relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2026, observado que os diretores permanecerão em seus cargos, independentemente do prazo de mandato, até a posse de seus substitutos, nos termos do artigo 150, §4º, da Lei das S.A.: (i) **Carlos Henrique Pinto Haddad**, brasileiro, divorciado, administrador de empresas, portador do RG nº 15.376.584-7 SSP/SP e inscrito no CPF sob o nº 074.277.098-29, para ocupar o cargo de **Diretor Presidente**; e (ii) **Francisco Augusto Semeraro Neto**, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador do RG nº 29.561.5405SP/SP e inscrito no CPF sob o nº 224.998.878-18, ambos com endereço comercial na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Paulista, nº 1.938, Piso Terraço, Bela Vista, CEP 01310-200, para ocupar o cargo de **Diretor**. **3.2. Posse e Declaração de Desempimento:** Os diretores ora eleitos são investidos em seus cargos nesta data, mediante a assinatura do termo de posse e declaração de desempimento que consta do Anexo III. **3.3. de Posse e Desempimento** a este instrumento, que será lavrado em livro próprio da Sociedade, nos termos das normas aplicáveis. **4. APROVAÇÃO DO ESTATUTO SOCIAL: 4.1.** As Sócios aprovam o estatuto social que regerá a Sociedade, com a redação que consta do Anexo IV Social a esta ACS. ... **E, POR ESTAR ASSIM JUSTAS E CONTRATADAS**, Duratex Florestal e Dexco Empreendimentos celebram a presente ACS em 1 (uma) via eletrônica. São Paulo (SP), 10 de setembro de 2025. **Sócias:** **Duratex Florestal Ltda.** (aa) **Gustavo Conte Jakovac** - Procurador; **Sabrina Cassará Andrade da Silva** - Procuradora. **Dexco Empreendimentos Ltda.** (aa) **Gustavo Conte Jakovac** - Procurador; **Sabrina Cassará Andrade da Silva** - Procuradora. JUCESP sob nº 346.407/25-4, em 30.09.2025. (a) Marina Centurion Dardani - Secretária Geral.

FUNDAÇÃO FACULDADE DE MEDICINA - ICESP

CNPJ nº 56.577.059/0006-06

MODALIDADE: CONCORRÊNCIA - COMPRA REGULAMENTO FFM 3319/2025

A FUNDAÇÃO FACULDADE DE MEDICINA, entidade filantrópica privada sem fins lucrativos, por meio do Departamento de Contratos e Compras, situado na Avenida Doutor Arnaldo, 251, Cerqueira Cesar, São Paulo/SP, torna pública a abertura do processo de compra, do tipo **MEIOR PREÇO - GLOBAL**, para contratação de empresa especializada na prestação de serviços de **"MANUTENÇÃO DE FRIGORÍFEROS"**, cujos detalhes estão disponíveis no site do ICESP (www.icesp.org.br), e que será regido pelo seu **Regulamento de Compras**.